



Caja de Ahorros de Salamanca y Soria

**CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA E SORIA**

Sede Social: Plaza de los Bandos, n.º 15/17 – Salamanca – Espanha

Sucursal em Portugal: Av. 5 de Outubro, 73 – D – Lisboa

Número de Pessoa Colectiva: 980 116 775

Registada sob o n.º 980116775/NIPC do Registo Comercial de Lisboa

## **RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2007**

O exercício de 2007 foi enquadrado para a Caja de Ahorros de Salamanca y Soria (Caja Duero) e as suas Sociedades Dependentes no Plano Estratégico vigente para o período de 2007-2010, aprovado na Assembleia Geral Ordinária com a data de 22 de Dezembro de 2006. Neste Plano Estratégico foram definidas as directrizes básicas de actuação da Entidade para melhorias na produtividade, para a eficiência e a rentabilidade, com um conjunto de medidas com tendência para atingir um modelo de gestão global no quadriénio coberto pelo Plano.

Este modelo de gestão global repousava numa base construída sobre o êxito do Plano anterior, a qual consolidou um modelo de crescimento permitindo dispor de uma ampla rede de escritórios com um posicionamento nacional real e expandiu a Caja para mercados geográficos onde a sua limitada presença impedia competir com entidades financeiras com maior implantação, dispondo de uma confortável situação financeira baseada num elevado nível de recursos próprios acumulados, situando a Caja num lugar de privilégio pela dimensão do seu balanço, com um peso importante do negócio fundamental, o crédito ao investimento.

O modelo de gestão global encaminhava-se para objectivos de crescimento do negócio e da conta de resultados, retirados de um decálogo de actuações corporativas para o referido período.

O Plano centra-se em volta de um objectivo central, o crescimento rentável, ao qual se submetem o resto dos objectivos estabelecidos para reforçar o objectivo central, para um significativo aumento da produtividade, e todo ele enquadrado para uma melhoria substancial da eficiência. Também se define a necessidade de identificar as estratégias de êxito comercial em função da presença da Caja em cada território de actuação e do potencial de crescimento nos distintos mercados geográficos.

A primeira via que ressalta é a angariação de recursos de clientes. O novo Plano considera como um pilar básico apoiar a estratégia de crescimento rentável, a articulação de uma política comercial específica que estimule a captação de recursos dos nossos clientes e a angariação de outros novos, através de uma adequada gestão da retribuição oferecida aos nossos produtos de passivo, o que recupera uma imagem tradicional das Cajas como impulsionadoras da poupança nas famílias.

Relativamente aos objectivos específicos contidos no Plano podemos orgulhar-nos do facto de nos termos antecipado aos tempos e aos mercados definindo uma meta a atingir na angariação de recursos tradicionais e numa menor dependência dos recursos de financiamento maioristas, subordinando o crescimento do negócio para a obtenção de financiamentos minoristas.

O crescimento rentável como objectivo fundamental; a especialização do negócio; a entrada crescente de recursos de clientes; uma política de crédito ao investimento orientada para a rentabilidade, com uma importância crescente nas empresas e no consumo; uma maior contribuição do Grupo a empresas participadas com benefício consolidado; uma melhoria significativa em comissões; um impulso nos produtos de desintermediação; orientação da rede comercial para o negócio; especialização da gestão; segmentação e atenção personalizada para os clientes potenciando a inovação tecnológica e a formação do pessoal, estabelecendo o acordo que a referida qualidade do nosso serviço para o cliente seja um elemento diferenciador da nossa Entidade face à competência.

## CONTEXTO ECONÓMICO

O cenário no qual se desenvolveu a actividade do Grupo Caja Duero em 2007 alterou face aos exercícios anteriores e teve dois períodos claramente diferenciados. O primeiro, até ao mês de Julho, no qual ainda que com temor da desaceleração económica, sobretudo no que se refere à economia norte-americana, a actividade comportou-se, de um modo geral, como uma continuidade do ciclo expansivo tanto em crescimento como em investimento. Este período deu lugar a outro, a partir do mês de Agosto no qual se produziu uma significativa crise de confiança nos mercados financeiros que poderia afectar o comportamento da economia globalizada.

O aumento da morosidade das hipotecas subprime nos EUA teve uma inesperada repercussão na comunidade financeira, devido à alteração destes riscos, mediante instrumentos de titularização e derivados de créditos, noutras estruturas distintas das iniciadoras do risco e do seguimento do mesmo, e que tenham sido concedidas por outras entidades financeiras ou por outros investidores. A diminuição do rating e o aumento da probabilidade de incumprimento assim como a falta de liquidez destes títulos provocou o desconhecimento da profundidade da crise e da magnitude das entidades financeiras que poderiam encontrar-se afectadas por terem investido nesses activos, o que provocou um aumento da desconfiança e do risco de contrapartida, que pela sua vez se tornou num retraimento da liquidez. Desta forma, uma crise com um forte carácter local está a provocar turbulências financeiras em todo o mundo.

É por isso que o exercício de 2007 pode ter-se convertido num ponto de inflexão de um ciclo económico mundial que tem vindo a ser certamente dilatado. A abundância de liquidez das taxas de juro baixas originou um aumento do crédito e intentaram o mesmo a sectores da economia com risco de incumprimento mais elevado. Além disso as taxas baixas dos últimos exercícios, que determinaram as margens de intermediação das entidades financeiras foram forçadas ao aumento em volume de um modo paliativo, o que favoreceu na mesma linha o incremento ao crédito.

### **Economia Internacional**

Adicionalmente ao comentado em relação às hipotecas subprime e da consequente crise financeira, a economia norte-americana observou um processo de queda das vendas das habitações e sintomas de retraimento do consumo, com o qual a ligeira desaceleração que se vinha a observar ao longo de todo o exercício tornou-se mais patente nos últimos meses do mesmo. O crescimento da sua economia que fechou com 2,2% sofreu uma queda face ao exercício anterior de mais do que um ponto, e as previsões para o próximo exercício apontam para uma nova desaceleração mais acentuada.

Não obstante e com os países emergentes à cabeça, o crescimento mundial no exercício foi de 4,8%, inferior ao do exercício anterior mas ainda com força para seguir mantendo-se acima dos 4%.

O preço do petróleo que chegou a baixar para 50 \$ por barril no princípio do ano de 2007 teve viragens importantes que o levaram para níveis próximos dos 100 \$ para fechar o ano em 94,33 \$.

A evolução da igualdade do dólar face ao euro, que chegou a situar-se durante o ano praticamente em 1,5 para fechar em 1,46 \$/EUR, atenuou em parte o efeito dos preços do petróleo na Zona Euro, mas prejudicou seriamente as exportações. Com isto, e ainda que a inflação subjacente possa cumprir o objectivo de permanecer abaixo dos 2%, os quinze países na União Económica Monetária verificaram um crescimento inter-anual de 2,3% e o conjunto da União Europeia de 2,6 %, estimando-se uma previsão de baixa para o exercício de 2008, uma margem entre 1,5-2%.

## **Situação em Espanha**

A política expansiva do crédito seguida pelas actividades financeiras em Espanha nos últimos anos, num mercado em forte desenvolvimento, implica logicamente necessidades de financiamento das próprias entidades financeiras crescentes, com uma dificuldade acrescida para o seu êxito, devido aos canais tradicionais e à situação das taxas em cotas baixas que tem vindo a penalizar a poupança e a favorecer o investimento. Neste contexto, as entidades de depósito espanholas têm aumentado os recursos ao financiamento através da emissão de valores nos mercados maioristas.

O problema acrescido no sector financeiro é a errónea comparação que se faz no exterior entre o nosso modelo de crescimento dos últimos anos e o observado no mercado que deu origem à crise. A situação da morosidade das entidades financeiras em Espanha com uma taxa de 0,84% e a sua cobertura, com fundos de insolvência num contexto de 250% encontra-se muito remota do conjunto da Europa, onde as referidas magnitudes se encontram com 2,2% e 68% respectivamente.

Não obstante produziu-se uma desconfiança no modelo de crescimento espanhol que originou uma diminuição da liquidez, da qual somos tão dependentes considerando o grande desfasamento existente entre o investimento e a poupança no nosso país nos últimos anos.

A dificuldade na obtenção de financiamento em mercados maioristas, unida a um aumento esperado na morosidade devido ao encarecimento das taxas, trouxe como efeito o fortalecimento do crédito tanto em preço como em volumes de concessão. Embora as necessidades de financiamento das entidades tenham provocado um evidente aumento do apetite pelos passivos bancários tradicionais, o que por um lado encarece o seu custo e por outro penaliza as outras formas de poupança, incluem-se nelas os fundos de investimento.

A nível macroeconómico, a economia espanhola soma já quinze anos de crescimento ininterrupto. O PIB espanhol cresceu com uma taxa de 3,8% superando a média europeia em 1,2 pontos e a da Zona Euro em 1,5 pontos, ainda que com uma sombra de desaceleração para o exercício de 2008, na qual a incerteza económica se centra na capacidade que encontram o sector da construção e do consumo em continuar como motores do crescimento observado nos últimos exercícios.

Para além disso conseguiu-se um excedente fiscal de 1,8% do PIB, na qual a taxa de desemprego se situa em 8,2%, diminuindo novamente face ao exercício anterior. Por outro lado há que destacar o grande défice por conta corrente existente que é de 9,5% do PIB num país em que o investimento dos últimos exercícios ultrapassou largamente a capacidade de poupança e em que a inflação, no final do ano, se situava em 4,2% de taxa inter-anual ainda que a subjacente não chegava a 3%.

O panorama estimado que irá enfrentar o sistema financeiro espanhol, mais concretamente o crédito no exercício de 2008 será mais complexo do que em anos anteriores. Os recursos financeiros vão encarecer significativamente e a escassa liquidez pode fazer contrair o crédito, com um previsível aumento da morosidade, com a qual as margens irão reduzir e pressionar para uma baixa dos benefícios. É por isto que todas as previsões passam por uma melhoria da eficiência sempre que seja possível, pois não duvidamos que o sistema financeiro espanhol é um dos mais eficientes.

## **Mercados financeiros**

A Bolsa de Valores teve um exercício mais moderado na sua revalorização do que os que temos vindo a observar nos exercícios anteriores com crescimentos ininterruptos desde 2002 em mais de dois dígitos. O IBEX finalizou em 15.182 pontos e obteve uma revalorização de 7,32%, logo o máximo alcançado no mês de Novembro foi de 5.945 pontos. Não obstante, o exercício não pode ser considerado bom pois à menor revalorização acrescentou-se que unicamente 17 dos valores



Caja de Ahorros de Salamanca y Soria

incluídos no índice conseguiram fechar com mais-valias. Para além disso a situação do resto do mercado que não faz parte do selectivo foi pior, sendo unicamente de 23 os valores que fecharam positivos.

No resto das bolsas o fecho do exercício foi marcado por uma forte volatilidade e ainda que a maioria dos índices foram concluídos com **ganhos/lucros**, estes foram sensivelmente inferiores aos do exercício anterior. O Dax alemão destacou-se com uma revalorização de 22,3%, enquanto por outro lado o CAC francês fechou unicamente com 1,3% positivo.

No que se refere às taxas de juro, o ano observou duas novas subidas de um quarto de ponto no caso europeu, nos meses de Março e Junho, fixando-se as taxas de intervenção em 4%. Deste modo já se produziram oito subidas consecutivas desde os 2% que se situavam nos finais do exercício de 2005. Pelo contrário a Reserva Federal Americana, que tinha estabilizado as taxas em 5,25% desde o mês de Junho de 2006, sofreu logo dezassete subidas consecutivas e teve que proceder a uma descida até 4,25% nas suas sessões do mês de Setembro e de Outubro, para travar a crise monetária e financeira e os primeiros sintomas de desaceleração na sua economia. Estas descidas foram o passo prévio para a maior produzida em mais de 25 anos que teve lugar, numa reunião extraordinária, no mês de Janeiro de 2008 e que significou um corte em 0,75% adicional.

As taxas interbancárias sofreram ao longo do segundo semestre, uma vez iniciada a crise financeira, um acentuado diferencial face às taxas de intervenção, acrescentando ao mesmo as expectativas de evolução próprias do mercado, um prémio de risco adicional surgido da desconfiança entre as entidades em relação com a possibilidade de contaminação da crise. Estes diferenciais foram mais marcantes nas parcelas curtas da curva, também foram modificados na euribor a doze meses e deste modo nas subidas no índice do primeiro semestre foram acrescentadas as da turbulência nos mercados de liquidez, o que foi tido como efeito da mudança do diferencial nas economias domésticas endividadas. Deste modo, a euribor que iniciava o ano em 3,921% manteve dez subidas no exercício até finalizar o ano em 4,793 %, o que supõe que encareceu em pontos as hipotecas para as quais a euribor é o principal índice de referência nas hipotecas concedidas a título variável.

### **Evolução do negócio**

O cenário financeiro em Espanha ao longo dos últimos exercícios com elevadas taxas de crescimento na actividade de crédito que não se encontram acompanhadas de um crescimento similar nos depósitos bancários tradicionais, o que obrigava à obtenção de financiamento através de emissões de débito, fundamentalmente em mercados maioristas, parece ter chegado ao fim. A crise financeira e de liquidez mundial que se produziu durante o ano tornou-se numa grande dificuldade para a obtenção de financiamento dos mercados maioristas, em retraimento e em encarecimento do crédito e num maior aumento de apetite dos passivos bancários tradicionais, o que por um lado encarece o seu custo e por outro penaliza outras formas de poupança.

Esta situação foi prevista durante a realização do nosso novo Plano Estratégico para o período 2007-2010, no qual está contemplado como principal via de negócio a captação de recursos no balanço e de novos clientes, como pilar básico para apoiar a estratégia de crescimento rentável, condicionando o crescimento do negócio na obtenção de financiamento minorista.

Adicionalmente, o crescimento do crédito à clientela continuou, sendo uma linha de negócio estratégica no Grupo Caja Duero, mas uma diferente visão, fixado o foco de atenção nos preços a aplicar como factor de moderação no crescimento e de colaboração para a melhoria da rentabilidade do Grupo nos próximos exercícios.

Igualmente aos exercícios precedentes, o êxito na política empreendida teve como fruto superar os objectivos previstos, tanto em termos quantitativos como qualitativos, o que possibilitou um aumento significativo no volume de negócios

de gestão e acelerou a dinâmica expansiva do Grupo que se encontra nos últimos anos em todas as áreas de negócios.

Neste sentido, o negócio total de gestão do Grupo aumentou no exercício de 2007, de 32.754 milhões de euros, tendo verificado um crescimento de 11,1%, para um montante de 3.280 milhões de euros.

O balanço consolidado do Grupo Caja Duero ficou situado, em 31 de Dezembro de 2007, em 19.259 milhões de euros, com um aumento de 14,8%. Sendo muito similar o balanço consolidado ao individual, dado o peso específico que a consolidação representa para a Caja Duero sobre o total do grupo consolidado faremos nos comentários seguintes unicamente referência às variações do balanço individual da Caja. Pelo contrário os comentários sobre a conta de resultados referir-se-ão à conta consolidada.

Para além disso, e considerando a situação de crise de liquidez dos mercados, o nosso primeiro comentário sobre o nosso balanço, no fecho do exercício, vem forçado devido à análise da liquidez. Neste sentido, no mês de Dezembro seguimos, mantendo a posição prestadora no mercado interbancário observada nos últimos meses, apoiados pelo aumento dos nossos recursos líquidos de angariação pela rede. No fecho do mês de Dezembro, no exercício, mantivemos os depósitos pelo montante de 847 milhões nas entidades financeiras espanholas.

Para esta posição de liquidez contribuiu a política comercial empreendida desde os finais do passado mês de Agosto, política de antecipação do sector e de previsão no novo cenário de insuficiência de liquidez global, marcada com os objectivos de atingir um aumento na base de clientes e preferencialmente para a obtenção de recursos de financiamento no balanço, mesmo quando a nossa folgada posição de liquidez não é solicitada, consolidando ainda mais o objectivo principal do Plano Estratégico já comentado.

O êxito da decisão estratégica empreendida traduziu-se, na totalidade do exercício de 2007, num aumento dos depósitos a prazo pelo montante de 2.379 milhões de euros, o que supõe um crescimento de 47,8%. Esta epígrafe inclui a emissão de duas cédulas hipotecárias singulares de 200 e 300 milhões de euros que foram emitidas nos meses de Outubro e Novembro respectivamente, com o objectivo de adquirir e manter no balanço, posteriormente, os títulos emitidos pelo fundo de titularização, criado com a emissão das cédulas hipotecárias multicedentes realizada por diferentes caixas de poupança entre as quais nos encontramos. Estes títulos subscritos oferecem a possibilidade do seu desconto no Banco Central Europeu, podendo ser utilizados por conseguinte, por uma segunda linha de liquidez.

Os recursos líquidos, não considerando para o efeito os saldos dos credores incluídos no balanço com a actividade em cessão temporal, nem as quantias das cédulas hipotecárias emitidas comentadas anteriormente, apresentam um crescimento no exercício pelo montante de 2.026 milhões de euros, o que supõe um aumento de 16,5%, e mais que duplicar, superar com isto folgadamente as necessidades de fundos que têm consequência no aumento do crédito para a clientela. Desta forma foi cumprida a política de crescimento sustentável do negócio puramente bancário que estava fixada entre os objectivos do exercício e no Plano Estratégico vigente.

O recurso a credores desintermediados, relativamente aos fundos de investimento de seguros de poupança, sofreu ao longo do exercício uma maior apetência por parte das entidades financeiras de obtenção de liquidez no balanço, através dos produtos bancários tradicionais, com uns preços agressivos que superam a rentabilidade obtida pela referida forma de poupança dos mercados financeiros, o que acarreta para muitos participantes o reembolso das suas participações. Este acto que foi evidente em todo o sector bancário espanhol, também teve o seu efeito nos nossos fundos de gestão, que sofreram uma diminuição no exercício de 135 milhões, o que supõe uma descida de 11,3%, enquanto os seguros de poupança diminuíram em 62 milhões de euros.



Caja de Ahorros de Salamanca y Soria

Os objectivos da banca privada estabelecidos para o exercício deram frutos e deste modo os fundos de pensões e os patrimónios de gestão cresceram em 150 milhões, o que supõe uma variação de 20,9%, sendo estes últimos os que mais contribuíram para o crescimento conjunto ao verificar uma variação de 44,1%.

Com tudo isto, os recursos totais de gestão ascendiam, na finalização do exercício, a 18.315 milhões de euros, com um crescimento pelo montante de 2.388 milhões o que supõe uma variação anual em 15%.

Os créditos ao investimento mostraram um crescimento muito moderado em comparação com os dados publicados do sector, segundo a manutenção da nossa política muito selectiva do risco, com uma atenção preferencial no preço e, por conseguinte, na rentabilidade desta epígrafe do balanço e na margem de negócio. O crédito da clientela finalizou o exercício com a quantia de 13.296 milhões de euros, o que representa um crescimento pelo montante de 883 milhões com uma variação de 7,1%.

A moderação do crescimento iniciada no exercício passado, no qual a taxa de variação foi de 9,2%, supõe agora uma vantagem comparativa com o resto do sector, ao considerar a nossa menor necessidade de liquidez por esta via e por conseguinte a nossa menor dependência ao sistema global maiorista.

Prosseguimos por epígrafes destacando o investimento com garantia real que, com um saldo final de 8.999 milhões, apresenta um crescimento acumulado no exercício de 803 milhões que em termos relativos equivale a um crescimento de 9,8%, elevando o seu peso específico na estrutura total do crédito para a clientela de 68%.

A taxa de morosidade situou-se em 0,85% o que supõe um aumento de apenas nove pontos básicos no ano, aumento pouco significativo considerando a evolução altista das taxas de juro e uma maior exigência contabilística no tratamento dos saldos morosos que exige a circular do Banco de Espanha 4/2004, que provoca maiores movimentos de entradas e saídas na situação de dúvida. Esse aumento na taxa de morosidade deve interpretar-se também num contexto de menor crescimento do nosso crédito ao investimento, pelo qual é denominado de "efeito denominador" da taxa que é, no nosso caso, inferior ao das entidades que aumentaram no crédito em larga medida.

Relativamente à cobertura, os menores crescimentos que se produziram na concessão de operações de crédito ao longo do exercício, exigiram menores dotações para a provisão genérica, de acordo com a norma contabilística indicada anteriormente. Em exercícios de menor crescimento, a conta de resultados deve suportar a carga de menores dotações que outros exercícios de maior crescimento iriam sofrer em condições de manutenção dos activos duvidosos.

Em sentido contrário e durante o exercício procedeu-se ao registo dos riscos numéricos que foram identificados entre o sector imobiliário. A classificação de riscos pelo montante de 625 milhões de euros na referida situação trouxe uma atribuição aos mesmos fundos de provisão para insolvências pelo montante de 66 milhões de euros.

Não considerando duvidosos os riscos numéricos, objecto da provisão constituída, a sua evolução e recuperação no tempo produziram a recuperação das provisões realizadas, pelo que a termo normal no decorrer das referidas operações de crédito, se produziria a liberação dos fundos pelo montante constituído.

Com tudo isto, tendo em conta o aumento da morosidade, o menor crescimento dos saldos disponíveis e das dotações realizadas aos riscos numéricos, as dotações líquidas, efectuadas no exercício, ascenderam a 80,2 milhões de euros, sendo que o ratio de cobertura sobre duvidosos se situa, no final do ano, em 260,4%, melhorando-o no fecho do exercício anterior em doze pontos percentuais. Além disso, a cobertura sobre o total de crédito ao investimento eleva-se a 2,22% o que supõe uma melhoria de mais de 34 pontos básicos sobre o fecho do exercício anterior.

A epígrafe "Outros instrumentos de capital, carteira disponível para a venda" encerra, pelo seu valor de mercado, principalmente, os quais materializados na Bolsa de Valores espanhola, investimentos que mesmo com a moderação da revalorização da Bolsa no exercício e de determinadas vendas realizadas, contêm umas mais-valias latentes pelo montante de 228 milhões no balanço individual da Caja que se transformaram em mais de 269 milhões no consolidado. Entre as vendas destacam-se as correspondentes a acções de Imobiliária Colonial que serviu para reduzir o risco no sector imobiliário e foram destinadas para a cobertura de riscos numéricos identificados entre os do referido sector.

Na epígrafe "Participações" e no seu movimento interanual, incluem-se importantes investimentos entre os quais se destacam a materialização de 38,4% do capital Aries Complex, S.A. Para além disso, destacam-se as correspondentes no alargamento de capital que se produziram na nossa filial holding Grupo de Negocios Duero, S.A, na Madrigal Participaciones, S.A., e na Liquidambar Inversiones Financieras, S.L., necessário para financiar novos investimentos que as referidas sociedades materializaram, assim como a aquisição de 100% da sociedade Diode WorldWide, S.A. No balanço consolidado estes últimos investimentos têm um tratamento diferente pois devem eliminar-se os investimentos correspondentes às integradas globalmente e através do método de integração proporcional e reflectir o valor patrimonial de consolidação das integradas pelo método da participação, considerando o fundo de comércio surgido na sua aquisição.

Para além disso, destacam-se os desinvestimentos empreendidos ao longo do exercício, materializados na venda de quatro sociedades participadas que trouxeram benefícios no montante de 12 milhões aproximadamente na conta consolidada, dentro dos objectivos marcados no Plano Estratégico de rentabilização das nossas participações empresariais.

Encerrando os comentários sobre o balanço deve ser feita referência à epígrafe do activo "imobilizado", que contou com investimentos muito significativos no ano. Entre eles destaca-se a aquisição do edifício em Madrid na rua Marqués de Villamagna, edifício que irá acolher todas as dependências da Caja e do seu Grupo, até à data dispersas por vários locais da capital.

## **Resultados**

Relativamente à conta de resultados consolidada, o exercício fechou com uma margem de intermediação num montante de 308,7 milhões de euros, o que supera em 27,2 o obtido no exercício anterior, que supõe um incremento de 9,7%. Tal como vínhamos a destacar ao longo do exercício, este aumento era produzido, em larga medida, pela correcta política de preços que vimos aplicando e pela evolução das taxas de juro que devido ao aumento no volume de investimento, que como foi indicado, se apresenta mais moderado. Destacam-se entre os produtos os correspondentes ao crédito ao investimento, que se elevam em mais de 182 milhões sobre os obtidos no mesmo período do exercício anterior.

A margem habitual tem influenciado os resultados das operações financeiras obtidos através de determinados desinvestimentos em acções nos exercícios comparáveis, aos quais nos referimos no seguimento do relatório. Por isto, retirando essa epígrafe, obteríamos uma margem habitual básica consolidada que, com um montante de 411,4 milhões de euros, melhora a obtida no exercício precedente em 11,5%. Neste crescimento e em adição aos comentários indicados para a margem de intermediação, deve ser destacada a maior entrada de resultados da nossa carteira de valores de rendimentos variáveis em empresas consolidadas pelo método da participação, o incremento nas comissões recebidas e a contenção nas remunerações e uma ligeira melhoria na nossa actividade com seguros, apesar de ser um ano em que, como já foi indicado, a actividade em seguros de poupança diminuiu.



Caja de Ahorros de Salamanca y Soria

Nos resultados das operações financeiras, sendo estabelecida a comparação interanual, deve mencionar-se que se incluem, no exercício agora finalizado, os correspondentes às vendas realizadas das acções da Imobiliária Colonial e outras, que supuseram uma contribuição de 71 milhões na margem habitual obtida e que foram concedidas, praticamente na sua totalidade, para a cobertura dos riscos numéricos identificados. Do mesmo modo, deve mencionar-se as duas operações de venda das acções de Iberdrola, que se produziram nos meses de Setembro e Outubro do exercício passado, que afectaram a margem habitual do mesmo, num montante de 93,5 milhões de euros e que possibilitaram a adopção de um acordo para a pré-reforma de um contingente significativo do pessoal da Caja. Considerando que as mais-valias das operações financeiras foram superiores no exercício passado que no presente, a margem habitual diminui o seu crescimento de 11,5 % indicado para uma margem básica até 3,3%.

No que se refere ao bloco da conta de resultados que se dirige da margem habitual para a de exploração consolidados, estima-se um corte nos custos de pessoal, devido aos efeitos da pré-reforma acordada no exercício anterior e levada a cabo nos primeiros meses do presente ano. Para além disso, os gastos gerais da administração, também de uma política de total contenção dos custos no Grupo, aumentaram em 7,1%, num ano em que o efeito inflacionário tem um peso relevante. Incluem-se, entre estes, as campanhas publicitárias empreendidas já em exercícios passados e continuadas no presente, que supõem um investimento significativo na imagem.

Desta forma, a margem de exploração consolidada fechou o exercício num montante de 248,7 milhões de euros que melhora, a do exercício imediatamente anterior, em 5,3%.

Da mesma forma que para a margem habitual, a de exploração consolidada influencia a diferença em volume dos resultados das operações financeiras indicadas. Considerando o seu efeito, a margem de exploração básica seria melhor que a do exercício anterior em mais de 39 milhões, visto ter aumentado em 30%, sendo este o indicador mais realista da evolução do negócio puramente bancário da Caja durante o exercício, não se encontrando afectado pelos resultados extraordinários das operações financeiras.

No bloco inferior da conta de resultados consolidada, a epígrafe "Perdas por deterioração de activos" recolhe, em primeiro lugar, as dotações para a provisão genérica dos títulos de taxa fixa subscritos, referentes às cédulas hipotecárias emitidas e de acordo com a norma vigente sobre as provisões. Para além disso, as correspondentes aos créditos ao investimento, recolhem as provisões genéricas sobre os aumentos dos saldos colocados nas operações de crédito, as dotações específicas por incremento na morosidade e as dotações dos riscos numéricos classificados de acordo com a norma contabilística nesta categoria, e que foram indicados em parágrafos precedentes.

Também se reconhece a deterioração observada no fundo de comércio de participações que não cumprem as suas expectativas de plano de negócio, de acordo com a norma contabilística em vigor.

Nas epígrafes "Outros ganhos - Outras perdas" destacam-se os benefícios obtidos na venda de quatro sociedades participadas, dentro dos objectivos marcados no começo do exercício de rentabilização das nossas participações empresariais, e em sentido contrário, a dotação de fundos que se efectuou na Fundación Caja Duero.

Com as dotações efectuadas aos fundos de insolvência devido aos riscos numéricos, foi praticamente contrariado o benefício obtido das operações financeiras indicadas, pelo que o resultado consolidado antes de imposto reflecte, estritamente, o correspondente à actividade da Caja e do seu Grupo, sem o recurso a extraordinários. O referido benefício antes de imposto, com um montante de 169,9 milhões de euros, apresenta uma melhoria sobre o obtido no



Caja de Ahorros de Salamanca y Soria

exercício anterior de 26,8%, o qual, por sua vez, melhorava o do exercício de 2005 em mais de 35%.

O benefício final atribuído ascende a 130 milhões de euros e supõe aumentar os benefícios obtidos no exercício anterior em mais de 27 milhões, o que representa um aumento de 27,1%. Este número, além disso, supõe cumprir com os objectivos de resultados que, para este exercício, se incluem no Plano Estratégico.

### **Evolução de outros aspectos quantitativos e qualitativos**

A conquista dos objectivos fixados relativos ao aumento de todos os componentes do negócio de gestão veio acompanhada do êxito alcançado no cumprimento de outros objectivos quantitativos e qualitativos previstos.

Entre eles destaca-se a conservação de uma rede de 614 multibancos os quais no fecho do exercício se mantinham operativos, com um número de cartões expedidos de 601.000 aproximadamente e de 4.580 terminais em pontos de venda.

Destaca-se também o número de clientes da Caja que ascendiam, no final do exercício, ao número de 1.010.340 aproximadamente.

A rede de agentes financeiros conta com 352 agentes activos nas suas diversas variantes, financeiros, imobiliários, subscritores e agro-alimentares, os quais levaram a cabo mais de 1.100 operações do exercício com um volume de negócios superior a 70 milhões de euros.

O serviço de banco online progride reforçando-se e deste modo, durante o exercício de 2007, a actividade de transacção de produtos e serviços através da internet aumentou em 217%, ultrapassando 33.600 contractos e 569 milhões de euros.

Relativamente aos sistemas de informação, é de destacar a total consolidação da tecnologia que permite dispor dos Centros de Dados situados em edifícios distintos, ajustando num único Centro de Processo lógico, dentro de um adequado plano de contingências que permite assegurar o nosso Sistema Informático perante eventuais problemas. Estes centros suportaram uma actividade diária de mais de 1.264.917 operações, com um crescimento no exercício de 13,1% aproximadamente, com um tempo de resposta que ficou reduzido a 0,25 segundos.

### **Ratings atribuídos à Entidade**

A prestigiosa agência internacional de rating, Moody's Investors Service Ltd. manteve pelo décimo ano consecutivo o rating concedido à nossa Entidade sustentada por uns satisfatórios fundamentais financeiros e na grande probabilidade de um apoio sistémico. Destaca-se "a sólida franquia, com um forte reconhecimento de marca a nível local e nacional, a sólida qualidade do activo, uma boa liquidação com menores recursos de mercados que os seus concorrentes graças a uma forte base de financiamento minorista e uma boa capitalização".

A qualificação de "perspectiva estável" indica que não só se observam, a médio prazo, situações de menor rentabilidade como também de deterioração nos ratios de eficiência.

Com isto oferece-se a possibilidade à Entidade de ampliar as fontes de financiamento nos mercados internacionais em condições de acordo com estas garantias.

## **Obra social e Fundación Caja Duero**

A Obra Social da Caja Duero continua a ser o elemento essencial e inerente à própria Caja, que tem o objectivo prioritário de intensificar continuamente a sua implicação no progresso e desenvolvimento social, económico e cultural da comunidade e estender a sua participação activa, não somente como ponto de referência de natureza económica e financeira, mas também como promotora de iniciativas sociais e culturais. O compromisso da Caja com a cultura está patente: devolver à sociedade, através de Obra Social, uma boa parte do benefício obtido pela mesma através da actividade financeira. Neste momento, como desde a sua fundação, a entidade progride na linha de compromisso social, que a converte no principal mecenas no âmbito histórico da sua actuação.

No ano de 2007 continuou-se mais um exercício ampliando o trabalho social e cultural através de uma extensa relação de actividades que atingiram os objectivos fixados pelos Órgãos do Governo da Entidade, para cuja realização a Caja concedeu um montante de 35 milhões de euros, dos quais 33 foram doados na entrada do resultado do exercício de 2006.

Durante o exercício foram desenvolvidos importantes progressos na área social: "Activa-T" com uma grande oferta de actividades de lazer e conhecimentos práticos dirigida à terceira idade, "Projecto Diversidade" contribuição da Caja para a inserção sociolaboral dos emigrantes em Castela e Leão ou o "Programa Atletismo Divertido" no qual participaram, activamente, mais de 25.000 jovens nos últimos anos. É também de destacar o êxito do projecto "Rota Ibérica" que contou com o apoio do Ministério dos Assuntos Exteriores e da cooperação entre Espanha e de Portugal.

Investiu-se também numa grande variedade de áreas: música, artes plásticas, teatro, cinema, ajudas para a conservação do património, ajudas ao fomento do idioma, da terceira idade, infância e juventude, grupos de vizinhos e um amplo etc. com o objectivo de contribuição do desenvolvimento social, económico e cultural da sociedade.

O exercício de 2007 pode ser considerado de consolidação definitiva para a Fundación Caja Duero, que tem vindo a operar em várias vertentes. O Programa de Actividades musicais, tanto o Coro de Meninos como a Jovem Orquestra da Câmara, prosseguiu com a formação musical de crianças e jovens através de ensaios e concertos públicos ao longo de todo o ano. O Programa de Artes Plásticas e Visuais continuou com as suas oficinas de iniciação na prática da arte para crianças e adultos. O Programa de Tecnologia aprofundou os projectos de associação estratégica para a inovação tecnológica com a Universidade Pontífice, sob a denominação de Tecnoduero. O Programa de Economia Social elaborou o terceiro barómetro de opinião em Castela e Leão sobre a situação socioeconómica da Comunidade, publicou o estudo sobre a Situação Social em Espanha realizado pela Universidade Pompeu Fabra e manteve a citação fiel com os subscritores da revista de Livros de Economia e Empresa. Simultaneamente apoiou a difusão do trabalho da equipa do professor Vicenç Navarro com a manutenção e o desenvolvimento da web no Observatório Social de Espanha.

Desta forma através destes quatro troncos, a Fundación Caja Duero continuou a oferecer oportunidades à sociedade através da formação, do estudo e da investigação.

A evolução crescente do negócio e do benefício da Caja neste exercício permitem renovar com maior intensidade o compromisso da mesma com a sociedade através da Obra Social. É neste sentido que a proposta de distribuição do excedente do exercício de 2007, que se propõe a aprovação na Assembleia Geral, contempla uma doação para o Fundo da Obra Social que aumenta até um montante de 36 milhões de euros.

### **Factos posteriores**

Tal como se encontra mais amplamente desenvolvido na nota 30 da memória integrante das contas anuais consolidadas, a 17 de Janeiro de 2008, a Caja Duero e o Grupo de Negocios Duero, S.A.U., assinaram um contrato de compra e venda de acções com Mapfre, S.A. Mediante esse contrato, a Mapfre, S.A. adquire 50% do capital social de Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A. (16,8% a Caja Duero e 33,2% a Grupo de Negocios Duero, S.A.U.) e 50% do capital social de Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A. (a Caja Duero).

A compra e venda estão sujeitas ao cumprimento de condições suspensivas, referentes à autorização ou à não oposição das entidades competentes em matérias de livre competência e da Direcção Geral de Seguros e Fundos de Pensões. Independentemente do comentado anteriormente, não se produziram outros factos relevantes dignos de referência, posteriormente ao fecho do exercício.

### **Objectivos estratégicos e desafios para 2008**

As duas linhas fundamentais da política comercial da Caja, implantadas em 2006 e impulsionadas de um modo decisivo em 2007, constituem os pilares básicos de actuação para o exercício de 2008. A constituição de recursos de clientes como objectivo prioritário do Plano Estratégico mantendo a política de retribuição da poupança para reforçar a estrutura financeira da Caja na situação actual de crise que açoita os mercados, com uma política de crescimento moderado do crédito da clientela, limitando o financiamento ao sector imobiliário, impulsionando o produto de Hipoteca Jovem e preferindo a atenção de PMEs, autónomos e comércios.

Uma adequada política de diversificação de riscos obriga a reorganizar a estratégia de crescimento do crédito ao investimento, considerando que as turbulências financeiras foram mais vulneráveis para o sector financeiro devido ao elevado nível de endividamento que acumulam as empresas imobiliárias e pelas grandes restrições ao crédito impostas pelas entidades financeiras. A restrição das condições de financiamento para este sector aconselha a manter o critério restritivo em 2008 na selecção de operações, as quais estarão disponíveis exclusivamente para os clientes vinculados à Caja e somente para promoções situadas na nossa zona de actuação.

O impulso dado à comercialização da hipoteca para a aquisição de habitação, especialmente a Hipoteca Jovem, que oferece as condições mais favoráveis do mercado (Euribor +0,25), manter-se-á em 2008. O êxito na entrada e vinculação ao segmento de jovens, anima-nos a manter a política actual, que nos permitiu incorporar um colectivo de futuro.

Mantendo para 2008 o mesmo crescimento no crédito ao investimento que em 2007, teremos mais recursos disponíveis para o sector empresarial e para o crédito ao consumo. De um modo muito especial PMEs, autónomos e comércios por serem o sector empresarial mais próximo da Caja Duero.

O exercício de 2008 não será especialmente brilhante para os produtos de desintermediação, principalmente os Fundos de Investimento, que vinculam a sua rentabilidade no comportamento dos mercados financeiros. A perda de confiança dos agentes económicos aumentou de uma forma notável os riscos e converte a poupança tradicional numa alternativa interessante pela atractiva retribuição que oferece. Sem apreensão os Planos de Pensões ocupam uma posição relevante nas decisões de investimento e poupança dos clientes particulares.

A comercialização de seguros denota um notável crescimento nos últimos meses com a incorporação de novos produtos que enriqueceram a carteira de produtos oferecidos pela Caja. Os Planos Individuais de Poupança Sistemática, o único produto de poupança com um tratamento fiscal favorável para os rendimentos de capital; e de um modo especial a Hipoteca Investida, de recente regulamentação, que a Caja desenhou para oferecer um complemento à pensão recebida pelas pessoas



aposentadas. A venda de produtos de Seguro forma uma parte das prioridades fixadas para 2008.

O Plano Estratégico ressalta a importância do segmento de Banco Privado e Banco Pessoal por ser uma contínua fonte geradora de comissões. O objectivo proposto pelo Plano é alcançar em 2010 um volume de gestão de 600 milhões e angariar 1.000 clientes. O êxito comercial e a qualidade do serviço de consultadoria financeira prestado pela nossa equipa de profissionais especializados deixa-nos optimistas para 2008 apesar das turbulências financeiras existentes, que actuarão como travão na angariação de novos clientes. O carácter pessoal da consultadoria financeira e fiscal que oferece a Caja Duero é o principal valor acrescentado a este serviço, o que permite dar uma solução individualizada a cada cliente.

A carteira de participações teve um impulso notável no exercício agora concluído. Estava fixado como objectivo do mesmo um aumento notável no investimento que nos aproximaria das posições que mantém o sector das Cajas. O resultado desta política permitiu incrementar a contribuição dos benefícios procedentes de distintas sociedades que compõem a nossa carteira para o resultado final. Deste modo, em 2008 prosseguiremos na mesma direcção, intensificando simultaneamente o desinvestimento em empresas que alcançaram o seu ponto de maturação e aproveitando as oportunidades de investimento que possam surgir neste cenário de crise.

Os objectivos para 2008 resumem-se a uma gestão diária intensa para a angariação de recursos alheios aos clientes, definindo uma atractiva remuneração da poupança e um crescimento moderado pelo terceiro ano de crédito ao investimento, com uma atenção preferencial para PME's, autónomos e consumo e um impulso para a comercialização da hipoteca para a aquisição de habitação, especialmente a Hipoteca Jovem. Em resumo, a continuidade na política comercial e financeira para 2008, desde a prudência das instabilidades existentes, mas com a tranquilidade de ter encontrado a direcção correcta e a confiança na sólida situação financeira e na tesouraria da Caja.



Caja de Ahorros de Salamanca y Soria

## CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

(Balanço Consolidado a 31 de Dezembro 2007)

|  | Milhares de euros |                   |  | Milhares de euros |                   |
|--|-------------------|-------------------|--|-------------------|-------------------|
|  | 2007              | 2006              |  | 2007              | 2006              |
| <b>ACTIVO</b>  |                   |                   | <b>PASSIVO</b>   |                   |                   |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais                            | 261.843           | 238.224           | Carteira de negociação   | 14.310            | 14.310            |
| Carteira de negociação   | 110.163           | 36.913            | Depósitos de outras Instituições de crédito                              | -                 | -                 |
| Depósitos em outras Instituições de crédito                            | -                 | -                 | Operações mercado monetário através de entidades de contrapartida        | -                 | -                 |
| Operações mercado monetário através de outras entidades                | -                 | -                 | Depósitos de clientes  | -                 | -                 |
| Créditos a clientes  | -                 | -                 | Débitos representados por valores negociáveis                            | -                 | -                 |
| Valores representativos de dívida                                      | 26.605            | -                 | Derivados de negociação  | 14.310            | 14.310            |
| Outros instrumentos de capital   | 2.412             | 1.385             | Posições curtas de valores   | -                 | -                 |
| Derivados de negociação  | 81.146            | 35.528            | <b>Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>  | <b>27.735</b>     | <b>27.735</b>     |
| <i>Pro-memória: Empréstados ou em garantia</i>                         | -                 | -                 | Depósitos de outras Instituições de crédito                              | -                 | -                 |
| <b>Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados</b> | <b>9.412</b>      | <b>76.282</b>     | Depósitos de clientes  | 27.735            | 27.735            |
| Depósitos em Instituições de crédito                                   | -                 | -                 | Débitos representados por valores negociáveis                            | -                 | -                 |
| Op.de mercado monetário através de entidades de contrapartida          | -                 | -                 | <b>Passivos financeiros ao justo valor através do património líquido</b> | <b>14.764.745</b> | <b>14.764.745</b> |
| Créditos a clientes  | 5.405             | 7.838             | <b>Passivos financeiros a custo amortizado</b>                           | <b>14.764.745</b> | <b>14.764.745</b> |
| Valores representativos de dívida                                      | 4.007             | 68.444            | Depósitos de bancos centrais   | -                 | -                 |
| Outros instrumentos de capital   | -                 | -                 | Depósitos de outras Instituições de crédito                              | 1.133.402         | 1.133.402         |
| <i>Pro-memória: Empréstados ou em garantia</i>                         | -                 | -                 | Operações merc. Monet. através entidades contrapartida                   | -                 | -                 |
| <b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>                      | <b>3.726.215</b>  | <b>3.269.277</b>  | Depósitos de clientes  | 11.084.284        | 11.084.284        |
| Valores representativos de dívida                                      | 2.852.314         | 2.445.017         | Débitos representados por valores negociáveis                            | 2.120.299         | 2.120.299         |
| Outros instrumentos de capital   | 873.901           | 824.260           | Passivos subordinados  | 299.458           | 299.458           |
| <i>Pro-memória: Empréstados ou em garantia</i>                         | 2.503.551         | 2.002.358         | Outros passivos financeiros  | 127.302           | 127.302           |
| <b>Investimentos de crédito</b>  | <b>14.109.977</b> | <b>12.371.476</b> | <b>Ajustes a passivos financeiros por macro-coberturas</b>               | <b>-</b>          | <b>-</b>          |
| Depósitos em outras Instituições de crédito                            | 934.502           | 101.778           | <b>Derivados de cobertura</b>  | <b>36.769</b>     | <b>36.769</b>     |
| Operações do merc. Monet. através de entidades de contrapartida        | -                 | -                 | <b>Passivos assoc. com activos não correntes para venda</b>              | <b>-</b>          | <b>-</b>          |
| Créditos a clientes  | 13.050.052        | 12.196.538        | <b>Passivos por contratos de seguros</b>                                 | <b>234.456</b>    | <b>234.456</b>    |
| Valores representativos de dívida                                      | -                 | -                 | <b>Provisões</b>   | <b>178.456</b>    | <b>178.456</b>    |
| Outros activos financeiros   | 125.423           | 73.160            | Fundos para pensões e obrigações similares                               | 161.946           | 161.946           |
| <i>Pro-memória: Empréstados ou em garantia</i>                         | -                 | 2.003             | Provisões para impostos  | -                 | -                 |
| <b>Investimentos detidos até à maturidade</b>                          | <b>-</b>          | <b>-</b>          | Provisões para riscos e compromissos contingentes                        | 13.682            | 13.682            |
| <i>Pro-memória: Empréstados ou em garantia</i>                         | -                 | -                 | Outras provisões   | 2.828             | 2.828             |
| <b>Ajustes a activos financeiros por macro-coberturas</b>              | <b>-</b>          | <b>-</b>          | <b>Passivos fiscais</b>  | <b>169.324</b>    | <b>169.324</b>    |
| <b>Derivados de cobertura</b>  | <b>36.604</b>     | <b>41.688</b>     | Correntes  | 8.588             | 8.588             |
| <b>Activos não correntes detidos para venda</b>                        | <b>5.345</b>      | <b>3.642</b>      | Diferidos  | 160.736           | 160.736           |
| Depósitos em outras Instituições de crédito                            | -                 | -                 | <b>Periodificações</b>   | <b>26.500</b>     | <b>26.500</b>     |
| Créditos a clientes  | -                 | -                 | <b>Outros passivos</b>   | <b>28.569</b>     | <b>28.569</b>     |
| Valores representativos de dívida                                      | -                 | -                 | Fundo Obra social  | 28.135            | 28.135            |
| Instrumentos de capital  | -                 | -                 | Resto  | 434               | 434               |
| Activo material  | 5.345             | 3.642             | <b>Capital com natureza de passivo financeiro</b>                        | <b>-</b>          | <b>-</b>          |
| Outros activos   | -                 | -                 | <b>TOTAL PASSIVO</b>   | <b>18.016.799</b> | <b>15.580.268</b> |
| <b>Participações</b>   | <b>210.358</b>    | <b>165.957</b>    | <b>CAPITAL PRÓPRIO</b>   |                   |                   |
| Entidades associadas   | 210.358           | 165.957           | <b>Interesses Minoritários</b>   | <b>528</b>        | <b>580</b>        |
| Entidades multigrupo   | -                 | -                 | <b>Ajustes por valoração</b>   | <b>106.498</b>    | <b>155.219</b>    |
| <b>Contratos de seguros vinculados a pensões</b>                       | <b>-</b>          | <b>-</b>          | Activos financeiros disponíveis para venda                               | 109.000           | 155.872           |
| <b>Activos por re-seguros</b>  | <b>7.587</b>      | <b>6.528</b>      | Passivos financeiros ao justo valor através do património líquido        | -                 | -                 |
| <b>Activo material</b>   | <b>537.636</b>    | <b>401.022</b>    | Coberturas dos fluxos de capital   | -                 | -                 |
| De uso próprio   | 410.282           | 270.776           | Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro          | -                 | -                 |
| Investimentos imobiliários   | 108.247           | 110.458           | Diferenças cambiais  | (2.502)           | (653)             |
| Outros activos cedidos em arrendamento operativo                       | 11                | -                 | Activos não correntes para venda   | -                 | -                 |
| Afecto à Obra social   | 19.096            | 19.788            | <b>Fundos Próprios</b>   | <b>1.135.119</b>  | <b>1.039.354</b>  |
| <i>Pro-memória: Adquirido em arrendamento financeiro</i>               | -                 | -                 | Capital ou fundo de dotação  | -                 | -                 |
| <b>Activo intangível</b>   | <b>13.241</b>     | <b>2.565</b>      | Prémio de emissão  | -                 | -                 |
| Fundo de comércio  | 7.700             | 391               | Reservas   | 1.005.097         | 937.061           |
| Outros activos intangíveis   | 5.541             | 2.174             | Reservas (perdas) acumuladas   | 1.000.250         | 930.884           |
| <b>Activos fiscais</b>   | <b>160.674</b>    | <b>123.974</b>    | Remanescente   | -                 | -                 |
| Correntes  | 16.514            | 31.057            | Reservas (perdas) de entidades valoradas pelo método de participação     | 4.847             | 6.177             |
| Diferidos  | 144.160           | 92.917            | Resultados do exercício  | 130.022           | 102.293           |
| <b>Periodificações</b>   | <b>10.002</b>     | <b>8.191</b>      | <i>Menos: Dividendos e retribuições</i>                                  | -                 | -                 |
| <b>Outros activos</b>  | <b>59.887</b>     | <b>29.682</b>     | <b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>   | <b>1.242.145</b>  | <b>1.195.153</b>  |
| Existências  | 41.289            | 25.819            | <b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>                                   | <b>19.258.944</b> | <b>16.775.421</b> |
| Resto  | 18.598            | 3.863             | <b>PRO-MEMORIA</b>   |                   |                   |
| <b>TOTAL ACTIVO</b>  | <b>19.258.944</b> | <b>16.775.421</b> | <b>Riscos contingentes</b>   | <b>1.144.220</b>  | <b>1.124.812</b>  |
|  |                   |                   | <i>Garantias financeiras</i>   | <i>1.143.703</i>  | <i>1.124.722</i>  |
|  |                   |                   | <i>Activos afectos a obrigações de terceiros</i>                         | <i>-</i>          | <i>-</i>          |
|  |                   |                   | <i>Outros riscos contingentes</i>  | <i>517</i>        | <i>90</i>         |
|  |                   |                   | <b>Compromissos contingentes</b>   | <b>2.972.492</b>  | <b>3.221.394</b>  |
|  |                   |                   | <i>Disponíveis por terceiros</i>   | <i>2.914.491</i>  | <i>3.184.379</i>  |
|  |                   |                   | <i>Outros compromissos</i>   | <i>58.001</i>     | <i>37.015</i>     |

(\*)Cifras apresentadas para efeitos comparativos

CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

Caja de Ahorros de Salamanca y Soria – Sucursal Operativa. Av 5 de Outubro 73D. 1050 –049 Lisboa .C.R.C. Lisboa 980.116.775



Caja de Ahorros de Salamanca y Soria

**Demonstração de Resultados Consolidados correspondente ao exercício anual terminado em 31 de Dezembro 2007**

|   | Milhares de euros |                  |
|---|-------------------|------------------|
|   | 2007              | 2006             |
| <b>Interesses e rendimentos similares</b>                                       | <b>740.161</b>    | <b>557.864</b>   |
| <b>Interesses e encargos similares</b>  | <b>(456.823)</b>  | <b>(294.297)</b> |
| Remuneração de capital com natureza de passivo financeiro                       | -                 | -                |
| Outros  | (456.823)         | (289.144)        |
| <b>Rendimento de instrumentos de capital</b>                                    | <b>25.381</b>     | <b>17.905</b>    |
| <b>A) MARGEM FINANCEIRA</b>   | <b>308.719</b>    | <b>281.472</b>   |
| <b>Resultados de entidades valorizadas pelo método de participação</b>          | <b>4.147</b>      | <b>941</b>       |
| Entidades associadas  | 4.147             | 941              |
| Entidades multigrupo  | -                 | -                |
| <b>Comissões recebidas</b>  | <b>81.320</b>     | <b>74.820</b>    |
| <b>Comissões pagas</b>  | <b>(6.423)</b>    | <b>(7.038)</b>   |
| <b>Actividade de seguros</b>  | <b>23.902</b>     | <b>23.657</b>    |
| Prémios de seguros e re-seguros cobrados  | 87.669            | 80.796           |
| Prémios de de re-seguros pagos  | (11.665)          | (10.729)         |
| Prestações pagas e outros gastos relacionados com seguros                       | (73.428)          | (55.961)         |
| Proveitos por re-seguros  | 6.105             | 6.148            |
| Dotações líquidas a passivos por contratos de seguros                           | (5.410)           | (19.855)         |
| Proveitos financeiros   | 21.461            | 25.957           |
| Gastos financeiros  | (830)             | (2.699)          |
| <b>Resultados de operações financeiras (líquidos)</b>                           | <b>76.249</b>     | <b>99.163</b>    |
| Carteira de negociação  | 10                | (4.349)          |
| Outros instrumentos financeiros avaliados ao justo valor através dos resultados | -                 | -                |
| Activos financeiros disponíveis para venda                                      | 76.238            | 103.503          |
| Investimento creditício   | -                 | -                |
| Outros  | 1                 | 9                |
| <b>Diferenças cambiais (líquidas)</b>   | <b>(233)</b>      | <b>(722)</b>     |
| <b>B) MARGEM OPERACIONAL</b>  | <b>487.681</b>    | <b>472.293</b>   |
| <b>Vendas e proveitos por prestação de serviços não financeiros</b>             | <b>-</b>          | <b>-</b>         |
| <b>Custo das vendas</b>   | <b>-</b>          | <b>-</b>         |
| <b>Outros produtos de exploração</b>  | <b>11.468</b>     | <b>10.205</b>    |
| <b>Custos com pessoal</b>   | <b>(151.269)</b>  | <b>(153.216)</b> |
| <b>Outros gastos gerais administrativos</b>                                     | <b>(81.745)</b>   | <b>(76.294)</b>  |
| <b>Amortizações</b>   | <b>(13.667)</b>   | <b>(13.264)</b>  |
| Activo material   | (13.367)          | (12.813)         |
| Activo intangível   | (300)             | (451)            |
| Outros custos de exploração   | (3.756)           | (3.543)          |
| <b>C) MARGEM DE EXPLORAÇÃO</b>  | <b>248.712</b>    | <b>236.181</b>   |
| <b>Perdas por deterioração de activos (líquido)</b>                             | <b>(93.317)</b>   | <b>(18.800)</b>  |
| Activos financeiros disponíveis para venda                                      | (4.454)           | 498              |
| Investimentos creditícios   | (80.590)          | (19.286)         |
| Carteira de investimentos a prazo   | -                 | -                |
| Activos não correntes para venda  | -                 | -                |
| Participações   | (704)             | -                |
| Activo material   | (2)               | (12)             |
| Fundo de comércio   | (7.567)           | -                |
| Outros activos intangíveis  | -                 | -                |
| Outros activos  | -                 | -                |
| <b>Dotações para provisões (líquido)</b>  | <b>(3.280)</b>    | <b>(87.925)</b>  |
| <b>Proveitos financeiros de actividades não financeiras</b>                     | <b>-</b>          | <b>-</b>         |
| <b>Gastos financeiros de actividades não financeiras</b>                        | <b>-</b>          | <b>-</b>         |
| <b>Outros ganhos</b>  | <b>24.716</b>     | <b>8.823</b>     |
| Ganhos por venda de activo material   | 1.520             | 2.240            |
| Ganhos por venda de participações   | 12.103            | -                |
| Outros conceitos  | 11.093            | 6.583            |
| <b>Outras perdas</b>  | <b>(6.931)</b>    | <b>(4.287)</b>   |
| Perdas por venda de activo material   | (20)              | (60)             |
| Perdas por venda de participações   | -                 | -                |
| Outros conceitos  | (6.911)           | (4.227)          |
| <b>D) RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>   | <b>169.900</b>    | <b>133.992</b>   |
| Imposto sobre rendimentos   | (39.809)          | (31.652)         |
| Dotação obrigatória para obras e fundos sociais                                 | -                 | -                |
| <b>E) RESULTADO DA ACTIVIDADE ORDINÁRIA</b>                                     | <b>130.091</b>    | <b>102.340</b>   |
| Resultado operacional (líquido)   | -                 | -                |
| <b>F) RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>                                    | <b>130.091</b>    | <b>102.340</b>   |
| Resultado atribuído à minoria   | (69)              | (47)             |
| <b>G) RESULTADO ATRIBUÍDO AO GRUPO</b>  | <b>130.022</b>    | <b>102.293</b>   |

(\*) Cifras apresentadas unicamente para efeitos comparativos

## RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS

Na Assembleia Geral da

### CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA

1. Auditámos as contas anuais da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria (a Entidade Dominante) e Sociedades Dependentes (Grupo) que integram o balanço de situação consolidado em 31 de Dezembro de 2007 e as contas de prejuízos e lucros consolidadas, a alteração no património líquido consolidado, o estado dos fluxos reais consolidado e a memória consolidada, correspondentes ao exercício anual terminado na referida data, cuja receita é da responsabilidade dos Administradores da Entidade Dominante. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as referidas contas anuais consolidadas no seu conjunto, baseadas no trabalho realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Espanha, que exigem o exame, mediante a realização de provas selectivas, da evidência justificativa das contas anuais consolidadas e a avaliação da sua apresentação, dos princípios contabilísticos aplicados e das estimativas realizadas.

2. De acordo com a legislação mercantil, os Administradores da Entidade Dominante apresentam, para efeitos de comparação, cada uma com as suas partes do balanço de situação consolidado, das contas consolidadas de prejuízos e lucros, do estado de alteração de património líquido consolidado, do estado de fluxos reais consolidado e da memória, para além das quantias do exercício de 2007, correspondentes ao exercício anterior. A nossa opinião refere-se exclusivamente às contas anuais do exercício de 2007. Com a data de 9 de Março de 2007 emitimos o nosso relatório de auditoria relativamente às contas anuais consolidadas do exercício de 2006, no qual exprimimos uma opinião favorável.

3. Na nossa opinião, as contas anuais consolidadas do exercício de 2007 em anexo exprimem, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do património consolidado e da situação financeira consolidada da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria e Sociedades Dependentes em 31 de Dezembro de 2007 e dos resultados consolidados das suas operações, das suas alterações no património líquido consolidado e dos seus fluxos reais consolidados correspondentes ao exercício anual terminado na referida data e contém a informação necessária e suficiente para a sua interpretação e compreensão adequada, em conformidade com as Normas Internacionais e de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia, que têm uniformidade com as aplicadas no exercício anterior.

4. O relatório de gestão consolidado, em anexo, do exercício 2007 contém as explicações que os Administradores da Entidade Dominante consideram oportunas sobre a situação da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria e Sociedades Dependentes, a evolução dos seus negócios e sobre outros assuntos e não toma parte integrante das contas anuais consolidadas. Verificámos que a informação contabilística que contém o referido relatório de gestão consolidado concorda com as contas anuais consolidadas do exercício de 2007. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão consolidado no âmbito mencionado neste mesmo ponto e não inclui a revisão de informação distinta da obtida a partir dos registos contabilísticos das Entidades consolidadas.

ERNST & YOUNG, S.L.

(Inscrita no Registo Oficial de Auditores de Contas com o n.º S0530)

29 de Fevereiro de 2008